

Jornal do *Servidor*

6 e 7 Especial

ASSEMPERJ CELEBRA 35 ANOS DE HISTÓRIA, CONQUISTAS E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

3 Giro Nacional

Emenda constitucional encerra impasse histórico sobre acumulação de cargos por professores

4 Giro Assemperj

Um ano após a revogação do Adicional de Qualificação, MPRJ segue sem regulamentar o direito dos servidores

5 Giro Institucional

Assemperj e Sindsemp-RJ participam de encontro nacional sobre os desafios do serviço público e dos servidores do MP

8 Giro Estadual

Fosperj realiza ato em defesa da valorização dos servidores de carreira e da faxina da máquina pública estadual

Assemperj

35
Anos

9 Jurídico

Estatuto garante direitos a servidores que adoecem no trabalho

10 Opinião

ADI 5.777/SC: o tiro no pé do Ministério Público brasileiro

11 Dicas Culturais

Nas telas, nos palcos e nas páginas: obras que merecem entrar no seu radar

12 Servidor em Foco

Histórias que conectam, inspiram e valorizam a nossa categoria

EDITORIAL

A **Assemperj completa 35 anos no dia 15 de julho**, celebrando uma trajetória marcada pela união dos servidores do MPRJ e pela defesa permanente dos direitos da categoria. Criada em 1991, a entidade representa atualmente mais de 3,2 mil associados, reunindo mais de 80% do quadro de servidores da Instituição. Neste marco histórico, a conquista da primeira sede própria simboliza o fortalecimento institucional e a consolidação da Associação ao longo de mais de três décadas de atuação.

Participamos de importantes conquistas para os servidores, como a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), a implementação e ampliação de benefícios e a defesa permanente dos interesses da categoria junto à Administração e aos espaços de representação política. Paralelamente, ampliamos nossa rede de serviços, convênios, assistência jurídica, planos de saúde e atividades socioculturais, o que nos tornou referência estadual e nacional entre as entidades representativas dos servidores do Ministério Público.

A comunicação continua sendo uma das prioridades da atual gestão. A continuidade deste jornal como ferramenta de disseminação de informações de interesse da classe, em paralelo a diversas outras iniciativas, evidencia essa política institucional. Para marcar este momento, promovemos a renovação da identidade visual, priorizando uma estética que traduz o crescimento da Associação. Também mantemos investimentos permanentes na ampliação dos serviços e no aperfeiçoamento da equipe para oferecer informações cada vez mais claras e qualificadas sobre os direitos da categoria.

Nesta edição, destacamos as principais ações de articulação política em defesa da categoria, como o Encontro Nacional da Fenamp e o ato promovido pelo Fosperj, além de matérias sobre temas de interesse dos servidores, como a PEC do servidor docente por acumulação, a revogação da resolução que regulamentava o adicional de qualificação (AQ), o acidente em serviço e os impactos das decisões do STF sobre os cargos comissionados no serviço público. A edição também traz a coluna cultural de Letícia Sant'Anna e mais uma edição do Servidor em Foco.

Vida longa à Assemperj e boa leitura!

Eduardo Sá - Assessor de Comunicação da Assemperj



Eduardo Sá

Assessor de
Comunicação
da Assemperj



ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretoria:

Vinícius Zanata - presidente
Juliana Vargas - vice-presidente
Uélinton de Souza - diretor geral
Letícia Sant'ana - diretora adjunta
Matheus Nunes - diretor adjunto
Natália Jaconianni - diretora adjunta
Patrícia Pereira - diretora adjunta

Texto: Eduardo Sá (MTB: JP 33266RJ) e Vinícius Zanata

Edição: Mobiliza Comunicação -
Stephanie Hora

Diagramação: Mobiliza Comunicação -
Gabriela Prado

Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Presidente Antônio Carlos,
607/12º andar
Centro - Rio de Janeiro/RJ

Giro Nacional

EMENDA CONSTITUCIONAL ENCERRA IMPASSE HISTÓRICO SOBRE ACUMULAÇÃO DE CARGOS POR PROFESSORES

Emenda Constitucional altera o artigo 37 da Constituição Federal, reduz a insegurança jurídica e amplia as possibilidades de acumulação de cargos.

A Emenda Constitucional nº 138/2025, que alterou o artigo 37 da Constituição Federal, foi promulgada para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro cargo público de qualquer natureza, desde que haja compatibilidade de horários.

A mudança encerra anos de debates administrativos e judiciais acerca da interpretação da redação anterior da Constituição, que autorizava a acumulação de um cargo de professor apenas com outro cargo de natureza técnica ou científica.

Em diversos órgãos públicos, servidores aprovados em concursos enfrentavam difi-

culdades para tomar posse ou manter a acumulação de cargos em razão de interpretações divergentes da Administração Pública e dos órgãos de controle. A discussão frequentemente chegava ao Poder Judiciário, gerando insegurança jurídica para milhares de docentes em todo o país.

Com a nova redação, deixa de existir a exigência de que o segundo cargo seja técnico ou científico. A Constituição passa a prever expressamente a possibilidade de acumulação de um cargo de professor com outro cargo público de qualquer natureza, desde que exista compatibilidade de horários.

A alteração decorre da PEC 169/2019, aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Emenda Constitucional nº 138/2025, com o objetivo de valorizar o magistério, ampliar as oportunidades profissionais e eliminar a insegurança jurídica que marcou o tema por décadas.

Para Vinicius Zanata, a Emenda traz segurança jurídica, reduz a litigiosidade envolvendo a Fazenda Pública e amplia as oportunidades para servidores com formação na área da educação.



“No MPRJ, a assessoria jurídica da Assemperj já atuou em casos de servidores obrigados a optar por um dos cargos para evitar sanções. Em alguns casos, até mesmo as aposentadorias desses servidores eram colocadas em risco.

“A Emenda também amplia as oportunidades para servidores licenciados disputarem cargos de docência em outros órgãos, sem risco ao cargo originalmente ocupado”, afirmou Zanata.



BIP, BIP! PRECISANDO DAQUELA

FORÇA COM O SEU AUTO?

NO SICOOB, VOCÊ ENCONTRA

TUDO EM UM SÓ LUGAR!



Consórcio



Seguro Auto



Financiamento de Veículos



Sicoob Tag



Entre em contato conosco e saiba mais
Abra a sua conta agora!

sicoob.com.br/web/sicoobcoomperj

SICOOB
Coomperj

Giro Assemperj

UM ANO APÓS A REVOGAÇÃO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO, MPRJ SEGUE SEM REGULAMENTAR O DIREITO DOS SERVIDORES

Direito previsto em lei desde 2011 segue sem efetiva regulamentação após a revogação da norma anterior.

No dia 11 de julho de 2025, foi publicada no Diário Oficial a Resolução GPGJ nº 2.723/2025, promovendo a revogação da GPGJ nº 2.659/2025, que regulamentava o direito ao Adicional de Qualificação dos servidores do quadro auxiliar do MPRJ. A revogação pegou a todos de surpresa, inclusive os dirigentes da Associação, uma vez que não ocorreu qualquer comunicação ou diálogo prévio com as entidades de classe. O ato unilateral seria, na verdade, um indício do início de uma gestão marcada pelo autoritarismo e pela falta de diálogo com os servidores.

Cabe lembrar que a referida resolução foi fruto de um intenso trabalho de articulação ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2024, que envolveu reuniões com o ex-PGJ, sua chefia de gabinete e o diretor do IER-BB. O texto final foi resultado de um processo amplamente democrático, no qual os critérios definidos na resolução foram aprovados em Assembleia do SINDSEMP-RJ, com ampla participação dos servidores efetivos.

A categoria vinha esperando pela efetivação desse direito, criado pela Lei nº 5.891/2011, havia cerca de 14 anos quando ocorreu a revogação da

normativa que finalmente iria tornar a qualificação um instrumento de valorização profissional. As justificativas apresentadas, à época, pela chefia institucional para a revogação não convenceram a categoria. E, para piorar o clima de descrédito da Administração Superior, foi instituída uma comissão para elaborar uma nova regulamentação, que nunca se reuniu ao longo de quase um ano.

Nesse clima de insatisfação e sentimento de desrespeito

que se instaurou na categoria soma-se, ainda, o fato de que várias categorias do Judiciário Federal conseguiram avançar com legislações aumentando os percentuais de seus AQs. No Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, somos a única categoria do sistema de justiça a não fazer jus ao referido adicional. E, mesmo durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, os servidores da Procuradoria-Geral do Estado conseguiram recentemente alterar

a legislação que prevê seu AQ e, por conseguinte, seus percentuais máximos hoje podem chegar a 40%.

Tudo isso revela um cenário de desprezo institucional e má vontade política da Instituição diante de um direito conquistado há anos e que representaria uma valorização de seu corpo de servidores por meio da qualificação e da capacitação técnica, algo estimulado e valorizado pela maior parte das instituições públicas do Estado e até mesmo do país. Uma instituição minimamente preocupada com a qualidade dos serviços que presta à população, entre outras medidas, estimula a qualificação e a capacitação permanentes de seus servidores e servidoras.

A revogação da regulamentação do Adicional de Qualificação, antes mesmo de começar a surtir efeitos, foi apenas mais um episódio que demonstrou o quanto o MPRJ tem caminhado na contramão das demais instituições do sistema de justiça quando se trata da valorização de seus servidores nos últimos anos.



Giro Institucional

ASSEMPERJ E SINDSEMP-RJ PARTICIPAM DE ENCONTRO NACIONAL SOBRE OS DESAFIOS DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES DO MP

Evento realizado em Brasília reuniu entidades de todo o país para discutir valorização profissional, saúde mental, condições de trabalho e defesa do serviço público.

Representantes da Assemperj e do Sindsemp-RJ estiveram em Brasília (DF), nos dias 26 e 27 de abril, para participar do Encontro Nacional dos Servidores do Ministério Público 2026, promovido pela Fenamp e pela Ansemp. Reunindo entidades de diferentes estados, o evento teve como objetivo construir propostas nacionais em defesa dos servidores e discutir os desafios enfrentados pelo funcionalismo público.

A delegação fluminense foi composta pelo presidente do sindicato, Vinicius Zanata; pela vice-presidente, Juliana Vargas; pelo diretor-geral, Uélinton Gomes; e pelos diretores adjuntos Letícia Pereira de Sant'Ana, Patrícia Sant'Ana Alves Pereira e Matheus Fraga Nunes. A participação ocorreu em um momento de intensificação dos debates sobre valorização profissional, condições de trabalho e o futuro das carreiras no Ministério Público.

Parceira histórica da Fenamp, a Assemperj acompanhou as discussões que marcaram os dois dias de programação, voltadas à construção de uma plataforma nacional de defesa dos servidores. Entre os temas debatidos estiveram a recomposição salarial, o teletrabalho, a redução da jornada, a defesa do concurso público, a ocupação de cargos

comissionados e os impactos da precarização sobre a estrutura do Ministério Público.

e destacou a necessidade de políticas permanentes voltadas à prevenção, ao acolhi-

tidade, especialmente diante do aumento dos relatos relacionados à sobrecarga de trabalho, ao assédio e ao desgaste emocional decorrente das condições laborais.

Além das mesas temáticas, o encontro aprovou encaminhamentos que irão orientar a atuação das entidades representativas nos próximos anos. Entre eles, propostas voltadas à valorização dos servidores, à defesa do serviço público e à construção de políticas direcionadas à saúde mental e à melhoria das condições de trabalho.

A participação da Assemperj e do Sindsemp-RJ integrou esse esforço coletivo de articulação nacional. Além de acompanhar os debates, a delegação levou ao encontro questões presentes na realidade dos servidores do MPRJ e contribuiu para a formulação de propostas que passam a compor a agenda nacional de mobilização da categoria.

“ Um dos assuntos presentes em diferentes mesas foi o aumento dos casos de adoecimento entre servidoras e servidores. O tema ganhou destaque diante da ampliação das discussões sobre saúde mental no serviço público e da necessidade de respostas institucionais para problemas que deixaram de ser situações isoladas e passaram a integrar a realidade de diversos ambientes de trabalho.

A vice-presidente do Sindsemp-RJ e da Assemperj, Juliana Vargas, participou de uma das mesas dedicadas ao tema. Durante o debate, defendeu que a saúde do trabalhador não pode ser tratada como uma questão secundária nas instituições públicas

mento e à melhoria das condições de trabalho.

A discussão dialoga diretamente com uma pauta acompanhada de perto pela Assemperj. Nos últimos anos, o adoecimento dos servidores passou a ocupar espaço cada vez maior nas ações da en-



Delegação fluminense representou os servidores do MPRJ no Encontro Nacional dos Servidores do Ministério Público 2026, realizado em Brasília.

Especial



Fotos: Arquivo Assemperj

ASSEMPERJ CELEBRA 35 ANOS

DE HISTÓRIA, CONQUISTAS E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Nova identidade visual, ampliação de serviços e futura sede social marcam o novo momento da entidade.

No dia 15 de julho, a Assemperj completa 35 anos de uma história construída com união e muitas lutas em defesa dos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi uma longa caminhada para a consolidação da entidade representativa dos servidores do MPRJ. Aquilo que começou a partir da iniciativa de apenas dezessete colegas, ainda na época em que o MPRJ era conhecido como Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, hoje atende mais de 3,2 mil associados por meio de relevantes serviços.

Especial

Desde o primeiro concurso público do atual MPRJ, os servidores se articulam em busca de melhorias para a categoria. De acordo com o relato da primeira presidente da Assemperj, Maria das Graças Oliveira, a criação da então Associação dos Servidores da Procuradoria de Justiça do Rio de Janeiro (Asproju), em 15 de julho de 1991, é fruto da vontade de muitos colegas, desde os anos 1970, de defender seus direitos, garantias e interesses. O estímulo ao espírito de união e cooperativismo da classe, a promoção de reuniões, a defesa judicial e extrajudicial dos associados, entre outras atribuições, inspiraram o primeiro Estatuto da Associação.

Ao longo desses anos de atuação, foram muitas conquistas em benefício dos servidores. A aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), a implementação de benefícios e direitos são vitórias incorporadas ao patrimônio jurídico dos servidores. Todas essas entregas são fruto do empenho, da dedicação e da capacidade de negociação de nossas diretorias junto à Administração, sempre buscando manter uma boa relação por meio do diálogo institucional, mas, sempre que necessário, atuando com cobrança e pressão política.

No campo político, a Assemperj esteve, desde sempre, ao lado das entidades nacionais e estaduais na defesa da categoria. Nossa diretoria participa há muitos anos das decisões da Fenamp e da Ansemp, além de acompanhar os debates no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília (DF). No âmbito estadual, a Assemperj é uma das entidades fundadoras do Fórum Permanente de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Fosperj), importante instrumento de luta surgido em 2019.

A oferta de serviços e as atividades de integração oferecidas aos associados também são marcas da trajetória da Assemperj.

A parceria firmada em 2017 com a Analítica Seguros, que trouxe o plano Amil/Assemperj, é um case de sucesso que atualmente atende mais de 5.300 vidas, entre titulares e dependentes. Além dos convênios, nos últimos anos a Assemperj avançou muito em serviços de bem-estar, lazer, atendimento jurídico individualizado e acolhimento psicológico.

Por fim, as inúmeras iniciativas socioculturais voltadas à integração também foram expandidas. Além da tradicional festa de fim de ano, que hoje recebe quase 600 associados e seus convidados, avançamos em outros eventos temáticos, festas juninas, comemorações do Dia das Crianças, eventos esportivos, corridas, entre outras iniciativas, sempre em consonância com as atribuições estatutárias da entidade.

Nova identidade visual e o novo momento

Assemperj

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No aniversário de 35 anos da Assemperj, apresentamos a nova identidade visual da entidade. A renovação da marca traduz, em linguagem contemporânea, valores que sempre fizeram parte da trajetória da associação: conexão, solidez, crescimento e fortalecimento coletivo. A nova identidade também expressa a Assemperj como um



Foto: Arquivo Assemperj

espaço de convivência, integração, lazer e pertencimento, onde relações são construídas e fortalecidas. No centro dessa transformação está a conexão, elemento que articula a atuação institucional da associação, sua dimensão humana e os vínculos que unem seus associados. Uma marca renovada para representar uma Assemperj cada vez mais próxima, dinâmica e conectada à sua história e ao seu futuro.

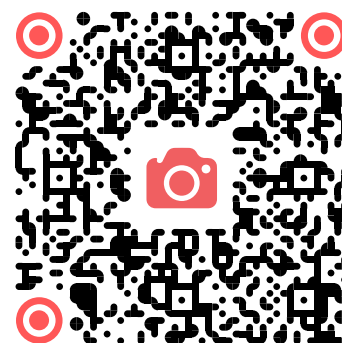
Para Vinicius Zanata, presidente da entidade, a chegada do sindicato reformulou o papel da Assemperj, que durante os últimos anos cumpriu um importante papel reivindicatório, mas que agora passa ao seu legítimo representante:

“A Assemperj fez um duplo papel de representação política e social nas últimas dé-

ser salutar essa separação das funções político-reivindicatória e de integração social entre as entidades. A nova identidade visual foi elaborada a partir desse novo momento.”

Ainda para comemorar os 35 anos, em breve se integrará ao patrimônio da Assemperj e de seus associados uma sede social moderna, espaçosa e concebida para ser um ponto de encontro dos colegas, reforçando o papel de integração e demonstrando nossa autonomia, saúde financeira e respeitabilidade institucional.

“É mais um passo histórico em nossa trajetória, que seguirá avançando em direção a novas conquistas e à defesa dos interesses dos nossos associados.



Leia mais sobre a história da Assemperj no livro de 30 anos da entidade.

cadadas e foi fundamental para consolidar um conjunto de direitos, mas agora o bastão político precisa ser transmitido ao sindicato (Sindsemp-RJ), sem prejuízo de as entidades trabalharem juntas nas diversas pautas em que há uma confluência de desígnios, até porque a representação da Assemperj é mais abrangente do que a do sindicato. Acredito

Giro Estadual

FOSPERJ REALIZA ATO EM DEFESA DA VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DE CARREIRA E DA FAXINA DA MÁQUINA PÚBLICA ESTADUAL

Ato reuniu servidores estaduais no Centro do Rio para defender a valorização das carreiras públicas, a recomposição salarial e a transparência na gestão estadual.

A diretoria da Assesmerj, integrante do Fórum Permanente de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Fosperj), participou, no dia 9 de junho, de uma manifestação pública em frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O ato reuniu servidores estaduais em defesa da valorização dos profissionais concursados e efetivos e em apoio às medidas de reorganização administrativa adotadas pelo Governo do Estado.

Com vassouras nas mãos, os participantes promoveram uma ação simbólica de limpeza das ruas, representando a necessidade de renovação e fortalecimento da administração pública.

“A mobilização também contou com intervenções artísticas e performances satíricas que fizeram referência a episódios que marcaram o debate sobre a gestão estadual nos últimos anos.



Mobilização promovida pelo Fosperj reuniu servidores estaduais em defesa da valorização das carreiras públicas, da recomposição salarial e do fortalecimento do serviço público.

Foto: Arquivo Fosperj

Entre as encenações esteve a representação do episódio conhecido como “bife de ouro”, associado ao jantar realizado em Nova York e investigado pela Polícia Federal, utilizado pelos manifestantes como símbolo do contraste entre privilégios e os desafios enfrentados pelos servidores públicos e pelos serviços prestados à população.

De acordo com o Fosperj, a recente substituição de cargos comissionados por servidores efetivos em funções estratégicas representa um avanço para a administração pública, ao priorizar critérios técnicos, a continuidade dos serviços e a valorização das carreiras de Estado. A entidade também destaca a importância da revisão da estrutura administrativa, especialmente diante de ques-

tionamentos sobre a efetiva atuação de parte dos cargos comissionados exonerados.

O presidente do Sindsempr-RJ e integrante do Fosperj, Vinicius Zanata, participou da mobilização e ressaltou a importância do reconhecimento dos servidores concursados. “Esse ato é em defesa do servidor público concursado, do servidor que está todos os dias no seu local de trabalho, garantindo o funcionamento do Estado. A faxina feita pelo governador Ricardo Couto demonstra que é possível mudar a lógica da administração pública, valorizar quem tem compromisso com o serviço público e devolver dignidade às carreiras do Estado”, afirmou.

Outro ponto destacado durante a manifestação foi a recomposição salarial dos ser-

vidores estaduais. Segundo o Fórum, a economia gerada pelas exonerações contribuiu para criar condições para o pagamento das parcelas de recomposição, medida considerada um importante reconhecimento aos profissionais que sustentam diariamente os serviços públicos oferecidos à população fluminense.

Além da defesa da recomposição salarial, representantes de diversas categorias reforçaram a necessidade de maior transparência na gestão pública e do fortalecimento das políticas públicas essenciais. Segundo os participantes, a valorização dos servidores de

carreira é um dos caminhos para garantir mais eficiência administrativa e melhores serviços à população.

Para o Fosperj, o fortalecimento do serviço público passa pela valorização dos servidores de carreira, pela ocupação de cargos estratégicos por profissionais efetivos, pela transparência na gestão e pelo compromisso com políticas públicas de qualidade nas áreas de saúde, educação, segurança, previdência, assistência social, fiscalização e demais serviços essenciais.

A manifestação teve caráter pacífico e buscou chamar a atenção da sociedade para a importância da valorização dos servidores públicos e da construção de uma administração cada vez mais eficiente, transparente e comprometida com o interesse público.

Jurídico

ESTATUTO GARANTE DIREITOS A SERVIDORES QUE ADOECEM NO TRABALHO

Previsto em lei, o acidente em serviço assegura direitos aos servidores que adoecem em razão do trabalho.

O aumento dos casos de adoecimento relacionado ao trabalho reforça a importância de discutir o acidente em serviço. Além de situações envolvendo lesões físicas, ele também pode abranger o adoecimento mental decorrente das condições de trabalho.

O artigo 115 do Estatuto define como acidente em serviço aquele ocorrido no exercício das atribuições do

cargo ou no deslocamento entre casa e trabalho, quando houver prejuízo à capacidade física ou mental do servidor. No MPRJ, os casos mais frequentes envolvem adoecimento mental.

“Em ambiente laboral adoecedor, com práticas de assédio recorrentes, o adoecimento do servidor dará causa a uma licença para tratamento de saúde.

Esse reconhecimento é fundamental para garantir direitos adicionais, se comparado à mesma licença solicitada de forma voluntária, sem vinculação com a função exercida.

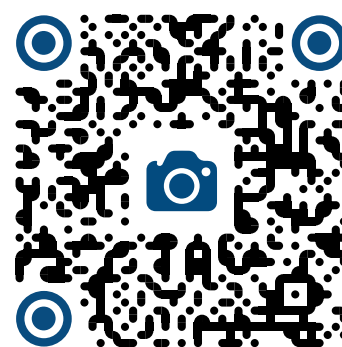
O afastamento é considerado como efetivo exercício, preservando direitos como a contagem do prazo para licença-prêmio.

Em relação ao servidor comissionado, há uma vedação expressa à exoneração em casos de acidente de trabalho, enquanto o servidor estiver em licença. Em uma atuação da Assemperj junto a uma assessora que se licenciou por burnout e seria exonerada, foi possível garantir a licença e a permanência da colega por mais de 10 meses afastada, recebendo pelo INSS, em razão da configuração do acidente em serviço.

A lei também determina que os cofres públicos são res-

ponsáveis por custear o tratamento médico do servidor que adoeceu em decorrência do trabalho, inclusive após a aposentadoria, quando for o caso. Além disso, para fins de aposentadoria, o período de afastamento por acidente em serviço é considerado de efetivo exercício, sem a limitação de vinte e quatro meses aplicada a outras licenças.

Para garantir o reconhecimento do acidente em serviço, é importante informar, desde o pedido de licença, que o adoecimento está relacionado ao trabalho.



Tem dúvidas sobre acidente em serviço ou adoecimento relacionado ao trabalho? Acesse a Assessoria Jurídica da Assemperj

Assemperj

SUA OPORTUNIDADE DE TER O MELHOR PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO.

PLANOS COM O MENOR CUSTO DO MERCADO PARA OS ASSOCIADOS DA ASSEMPERJ.

A PARTIR DE:

R\$ 337,40

PLANO AMIL 400 QC
O A 18 ANOS

amil
ANALÍTICA
SEGUROS

INFORMAÇÕES
KELLY CÂNCIO
(21) 99769-0811



Opinião

ADI 5.777/SC: O TIRO NO PÉ DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

Decisões recentes do STF sobre a proporcionalidade entre cargos efetivos e comissionados podem ampliar a precarização do serviço público e enfraquecer o controle sobre contratações.

Por **Vinicius Zanata Alves Lobo**

Um velho ditado português dizia: “Quem porfia, mata a caça”. Porfiar, na língua lusitana, é insistir, teimar. O provérbio se encaixa devidamente à insistente e organizada luta dos Ministérios Públicos estaduais para derrubar as tentativas dos servidores que, por meio da Associação Nacional (Ansemp), ingressaram, nos últimos 10 anos, com nada menos do que 15 ações no STF buscando regularizar o quadro de excesso de servidores comissionados.

Os cabeças do MP brasileiro, altamente organizados, há anos lutam para encontrar uma brecha jurídica que permita derrubar nos tribunais um dos princípios constitu-

cionais mais importantes da Carta de 1988: a regra é o concurso público; a exceção são os cargos em comissão ocupados por pessoas sem vínculos com a Administração Pública.

Ao responderem nos tribunais pelo desenquadramento de seus órgãos, os que juraram defender a Constituição utilizaram verdadeira criatividade jurídica para se afastar dela. Em um dos casos, para ajudar na conta da proporcionalidade entre os cargos efetivos e comissionados, passaram a defender que o promotor e o procurador de Justiça — que têm seu provimento em cargo vitalício, e não em cargo efetivo — sejam contabilizados como servidores efetivos para maquiar os números e diminuir o constrangimento.

De tanto porfiar, conseguiram matar a caça. Primeiro,

na ADI 7.641-PA e, mais recentemente, na ADI 5.777-SC. O algoz foi o ministro Flávio Dino, que embarcou na onda criativa e, seguido pela maioria, decretou o seguinte: na conta da proporcionalidade que a Constituição exige entre cargos efetivos e comissionados, o parâmetro é o ente federativo como um todo, e não mais o Poder ou o órgão autonomamente considerado.

Como cabe ao Poder Executivo, por regra, prover os principais serviços públicos à população com o uso de servidores efetivos em larga escala, os demais Poderes e os órgãos autônomos ficam à sombra daquele, sendo desnecessário preocupar-se com a quantidade de servidores comissionados que podem contratar. Nesse disparate jurídico, a boiada passa com folga.

“Mas, nesta disputa, o caçador também é caça. Na ponta, centenas de promotores de Justiça que atuam na tutela coletiva da cidadania e da probidade administrativa se viram diante de um tiro no próprio pé institucional sem precedentes.

Já é realidade que as procuradorias estaduais e municipais estão usando o feitiço contra o feiticeiro e pedindo que os tribunais reconsidere decisões em ações civis públicas ajuizadas pelo MP contra prefeituras e órgãos, à luz da nova interpretação do Supremo.

O resultado dessa “vitória histórica” contra a luta dos sindicatos de servidores dos MPs será uma farra generalizada em prefeituras e câmaras nos milhares de municípios espalhados pelo país, que passam a ter liberdade para inchar a máquina pública com apaniguados e fantasmas, sem um parâmetro de controle fino. Tudo isso com a assinatura daqueles que lutam pela garantia da ordem jurídica da porta dos seus órgãos para fora.

Passa a ser uma tarefa fundamental das nossas entidades denunciar, em todos os espaços, as consequências desastrosas dessa decisão e lutar pela revisão da tese fixada no Tema 1.010 do STF, definindo um parâmetro mais adequado ao desejo do constituinte de ter o Estado brasileiro, em regra, formado por servidores de carreira ungidos pelo crivo do concurso público.



Foto: Flickr/STF

Dicas Culturais

ENTRE PALCOS, TELAS E PÁGINAS: OBRAS QUE MERECEM ENTRAR NO SEU RADAR

Por **Letícia Sant'ana** - Diretora da Assemperj e do Sindsemp-RJ

Teatro

A **Pediatra** retorna aos palcos nesta adaptação teatral do romance homônimo de Andréa Del Fuego, vencedora do Prêmio José Saramago. A montagem tem adaptação e direção de Inez Viana e reúne no elenco Debora Lamm e Luis Antônio Fortes.

Debora interpreta uma pediatra paradoxal: uma mulher que odeia crianças e suas

mães. Descrita como uma "vilã de humor vil", a personagem é privilegiada, classista e amoral, e sua má conduta profissional escancara conflitos éticos e humanitários com humor ácido.

Local: Teatro Riachuelo Rio, Rua do Passeio, 38 - Centro, Rio

Data: 09/08/2026, às 18h

Ingressos: à venda em

Ingresso.com



Foto: Divulgação/Instagram @apediatrateatro

Música

Flávio Venturini retorna ao Rio de Janeiro com a turnê 50 Anos, em uma apresentação especial no Circo Voador, no dia 22 de agosto. O show celebra a trajetória do cantor, compositor e instrumentista, revisitando sucessos que atravessam sua carreira. Os

ingressos para a apresentação na lona da Lapa já estão à venda pela plataforma Eventim.

Local: Circo Voador, Rua dos Arcos, s/n - Lapa

Ingressos: a partir de R\$ 80, à venda no site da Eventim

Abertura dos portões: 20h



Foto: Divulgação/Eventim

Cinema

Anatomia do Caos, novo documentário de Dandara Ferreira (**Meu Nome É Gal**), estreia nos cinemas em 2 de julho. Com acesso inédito aos bastidores do Senado, o filme acompanha a trajetória da CPI da Covid-19 por dentro e transforma esse registro em um retrato contundente de um dos períodos mais marcantes e difíceis da história recente do Brasil.

Distribuição: Descoloniza Filmes

Estreia: 2 de julho de 2026

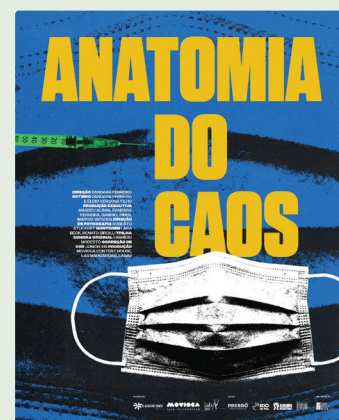


Foto: Divulgação/Descoloniza Filmes

Streaming

Rugido (Roar) é uma série antológica criada por Liz Flahive e Carly Mensch (**GLOW**). Inspirada na coletânea de contos homônima da escritora irlandesa Cecelia Ahern, a produção reúne oito episódios independentes, com histórias feministas sombriamente cômicas e abordagens inesperadas sobre papéis de gênero, autonomia e identidade.

Onde assistir: Apple TV+



Foto: Divulgação/AppleTV+

Literatura

Em **Cláudia Vera Feliz Natal**, Mariana Salomão Carrara, defensora pública de São Paulo, transforma o universo jurídico em matéria de ficção, com uma narrativa ousada que escancara o desconcerto de quem acredita que a lei pode dar forma ao mundo.

Foto: Divulgação/Todavia



Servidor em Foco

ENTRE PRATOS E BOAS HISTÓRIAS: UM GUIA AFETIVO DO CENTRO DO RIO



Foto: Arquivo pessoal

“Onde vamos almoçar hoje?”

A clássica pergunta entre colegas de trabalho levou as servidoras Elaine Cerqueira e Marcela Vidaurre a criar, em 2016, um perfil no Instagram que reunisse ideias de restaurantes no Centro do Rio. Em companhia dos colegas do MPRJ, a dupla passou a visitar e avaliar a experiência tanto das tradicionais casas das redondezas quanto das novidades que surgiam. E não demorou para que a página no Instagram chegasse a 10 mil seguidores.

Em junho, o @expedientegourmet_centrorj completa dez anos de existência. E o que começou como uma brincadeira... felizmente, segundo elas, continua assim. O objetivo é justamente curtir a hora do almoço, fazer aquela pausa na rotina para rir, conversar, desabafar e trocar ideias. Mas um hobby também requer dedicação. Além das fotos dos pratos e dos vídeos, Elaine e Marcela, ambas com

formação em Jornalismo, fazem textos curtos, porém informativos, sobre os almoços, com valores dos pratos e opinião sincera sobre a comida, o atendimento e o ambiente. Estão também sempre ligadas nas novidades, muitas vezes recebendo boas dicas dos amigos e de seguidores que acompanham a página desde o comecinho.

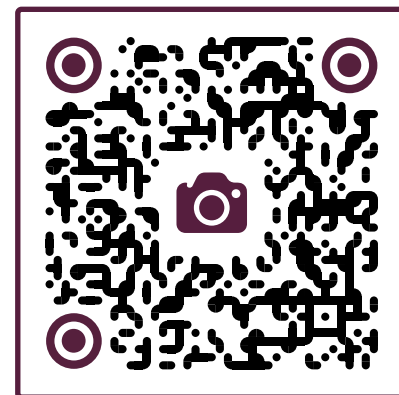
De 2016 para cá, muita coisa mudou no panorama do Centro do Rio, principalmente após a pandemia. Casas fecharam, deixando saudades, e o trabalho presencial nas empresas diminuiu. Ficou aquela incerteza no ar. “Durante a pandemia, pedimos e postamos comida de vários restaurantes do Centro para dar uma força, mas alguns não resistiram. Por isso, hoje, cada restaurante que abre é uma alegria”, contam Elaine e Marcela.

Para manter a essência inicial do perfil, a dupla não abre mão da liberdade de poder postar e escrever sem amarras. De vez em quando surge algum convite, mas já houve parcerias recusadas após a apresentação de um

roteiro detalhado a ser seguido. Por outro lado, há histórias bacanas, como a da dona de um café que as chamou para retornar ao seu estabelecimento e agradecer pelo movimento que um post inicial, feito sem convite, havia gerado para a casa.

Muita gente pergunta à dupla quais são os seus restaurantes preferidos, o que não é simples de responder, já que o Centro é muito eclético, para todos os gostos e bolsos. Mas fica uma listinha de locais que elas adoram e recomendam:

Casa Porto, LDV, Lilia, Dois de Fevereiro, Elias e Galeto Central. Para conhecer todas as dicas, é só seguir o @expedientegourmet_centrorj.



Reconhecimento por uma trajetória de parceria e dedicação

A associada Simone Fonseca da Cruz, servidora do MPRJ há 17 anos, foi agraciada com a Medalha Amizade da Polícia Civil no dia 7 de maio. A solenidade ocorreu no auditório da Cidade da Polícia, na Zona Norte da cidade, e contou com a participação de membros do TJRJ e do MPRJ, repórteres, empresários e policiais militares.

A Medalha Amizade é concedida por indicação de delegados a pessoas e instituições que prestam relevantes serviços à Polícia Civil e contribuem para fortalecer os laços de parceria com a corporação. A condecoração representa o reconhecimento àqueles que ajudam a construir uma Polícia Civil cada vez mais forte, integrada e próxima da população.



Foto: Marcelo de Souza Simões